
QUANTAS NAÇÕES SOMOS CAPAZES DE IMAGINAR?

Catarina Laranjeiro

Resumo

Quem canta hoje o Estado-nação na Guiné-Bissau? Vou procurar responder a esta e a outras perguntas que emergirão ao longo do presente artigo, colocando em diálogo dois filmes. O primeiro é *En Nations Födelse* (O Nascimento de uma Nação) e foi realizado por Lennart Malmmer e Ingela Romare na Guiné-Bissau. O segundo é uma sequência de bobine, um fragmento de filme que regista a Marcha da Juventude na República Democrática Alemã, onde várias nações que ainda não existem no plano político procuram afirmar-se no plano simbólico. Este último foi filmado pelo realizador guineense Sana N'Hada em Berlim. Se o primeiro é uma criação de dois estrangeiros que se empenharam na luta de libertação na Guiné-Bissau, o segundo é de autoria de um realizador guineense que se encontrava a representar o seu país em vias de existir na Alemanha Oriental. Ambos os filmes procuram ativar mecanismos para a construção da Guiné-Bissau enquanto Estado-nação, partilhando repercussões ideológicas. Não os tomo como imagens sobre o passado, mas antes como um futuro projetado num passado idealizado. Uma espécie de futuro que se conjuga no pretérito imperfeito.

Palavras-chave

Cinema; propaganda; Guiné-Bissau; luta de libertação; estado nação

PROJETANDO A GUINÉ-BISSAU

No contexto das lutas de libertação, diferentes estadistas compreenderam que o cinema constituía uma ferramenta poderosa para a construção da memória identitária das nações que lutavam pela sua autonomia, tendo-se tornado num componente essencial nas lutas que marcaram o fim do colonialismo. Esta corrente cinematográfica insere-se no movimento do Terceiro Cinema, cujo objectivo era promover uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e políticas e ativar uma consciência revolucionária global através do cinema:

[...] Num mundo alienado, a cultura, obviamente, é um produto deformado e deformante. Para superar este facto, é necessário ter uma cultura da e para a revolução [...] No caso específico do cinema [...] a sua transformação de mero entretenimento para um meio de consciencialização torna-se imperativo [...]. A câmara torna-se uma arma, e o cinema deve ser um cinema de guerrilha. (Solanas & Getino, 1969, p. 1)

Apesar do cinema não ocidental possuir uma longa história anterior, é nessa época que ganha uma consciência ideológica em torno do combate ao colonialismo. Os autores do Terceiro Cinema reclamavam um cinema baseado em orçamentos reduzidos, recorrendo a recursos técnicos simples (iluminação natural, película 16 mm, etc.),

técnicas de improvisação e atores não profissionais. A desconstrução das narrativas coloniais e a subversão da tradição cinematográfica ocidental eram o objectivo a atingir. Destaque-se que este encontro começou no momento da descolonização e continuou no pós-independência, quando muitos dos novos Estados africanos tomaram o cinema como uma forma de expressão política da sua soberania no plano simbólico. O cinema africano desenvolveu-se no contexto de lutas entre o colonizador e o colonizado e os seus legados na era pós-colonial, acreditando-se que o sucesso da ação anticolonialista só pode ser completado quando se restitui ao colonizado o seu olhar, a sua história e sua memória. Por esse motivo, o cinema foi utilizado pelos movimentos de libertação com o propósito de contribuir ideologicamente para a sua causa. Foi neste contexto que diferentes cineastas ligados a grupos políticos de esquerda se empenharam nas lutas anticoloniais através da produção cinematográfica. Acreditava-se que através da apropriação de ferramentas cinematográficas se poderia afirmar a “autenticidade” africana e transformar o homem e a mulher africanos em autores e sujeitos em vez de meros objetos de observação etnográfica. O cinema africano emergiu por uma vontade de realismo social, de educação moral e política e de reabilitação cultural, numa altura em que estava tudo por fazer no sentido de recusar o exotismo e a alienação colonial (Diawara, 2011, pp. 89-90). Apesar deste optimismo, é necessário ter presente dois problemas que se colocaram (e que ainda hoje se continuam a colocar) aos realizadores africanos: toda a sua formação passou e ainda passa por escolas ocidentais, assim como o financiamento. Este facto não facilita a criação de uma identidade estética africana e impõe dinâmicas coloniais/neocoloniais à produção de cinema (Diawara, 2011, p. 93). Foi neste contexto que quatro jovens guineenses foram enviados pelo movimento de libertação, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde) para estudar cinema em Cuba em 1968. Pretendia-se assim que a nação guineense fosse projetada no imaginário colectivo através de processos de representações sociais que o cinema convoca.

GUINÉ-BISSAU: DE COLÓNIA IMAGINADA A NAÇÃO AFRICANA FORJADA NA LUTA

Situada na costa ocidental africana, a Guiné-Bissau é um país pequeno, com apenas 36.125 km². A supremacia portuguesa neste território remonta ao século XVI, quando os primeiros colonos se estabeleceram na região de Cacheu, mas Portugal não tinha meios de fiscalizar o tráfico de escravos que tinha lugar na Costa da Guiné, razão pela qual espanhóis, franceses e holandeses passaram a explorar a região. Posteriormente, no decorrer da Conferência de Berlim (1884-1885), que originou uma distribuição dos territórios africanos para as potências europeias, Portugal ampliou as suas antigas possessões, sendo que esse expansionismo colonial encontrou fortes resistências que iriam durar até 1918 (Diawara, 2011, p. 18). Como defende Johannes Augel “o poder português só pode transgredir, durante a sua presença no país, o raio do alcance dos seus canhões no começo deste século” (Augel, 1997, p. 251). Por exemplo, na cidade de Bissau, a população de etnia Papel só foi “pacificada” em 1915, sendo que nas ilhas Bijagós, a sua

população não reconhece a derrota pela qual os Portugueses dizem ter dominado as ilhas em 1935, justificando que “os portugueses se retiraram” logo depois da “vitória” da pacificação e nunca ocuparam realmente as ilhas (Augel, 1997, p. 251). Assim, existiam apenas interpostos comerciais na costa e ao pé dos rios aonde se construíram pequenas cidades, formadas por europeus, assimilados e grumetes, sendo os últimos gente oriunda de aldeias que estavam ao serviço dos comerciantes europeus e dos assimilados.

Paralelamente, a Guiné-Bissau é considerado o lugar onde o expansionismo colonial português encontrou mais resistências entre a população local. É assim fundamental ter sempre presente que a população da Guiné-Bissau foi sistematicamente criando focos de resistência contra a dominação portuguesa, herança que veio a ser determinante na luta de libertação, como sugere Basil Davidson:

[...] Estas campanhas de “pacificação” continuam com intervalos de poucos anos até uma data tão tardia como 1936 [...]. Esta longa resistência influenciou decisivamente as atitudes das populações rurais africanas da Guiné [...]. Para eles, os europeus constituíram sempre um perigo [...] seja pelo tráfico de escravos dos velhos tempos, seja pelas invasões militares de épocas mais recentes. (Davidson, 1975, p. 33)

Importa ter presente que os percursos de quem participou na luta de libertação, longe de começarem com a guerra se inscrevem num período de tempo muito mais longo que é o da colonização portuguesa que foi marcada por inúmeras dinâmicas de resistência. Os conflitos bélicos estiveram sempre presentes nos encontros coloniais. No continente africano, essas guerras travaram-se entre as potências coloniais e os povos africanos que resistiam à sua dominação e entre as próprias forças coloniais que disputavam entre si posições territoriais. Na Guiné-Bissau, o último conflito teve por nome Luta de Libertação e enquadrou-se no contexto político do pós II Guerra Mundial. Encarada como fazendo parte da luta contra o expansionismo alemão, a vitória dos Aliados permitiu a afirmação de princípios anticoloniais que depois seriam exarados na carta das Nações Unidas de 1945. Posteriormente, a ONU preconizou o dever das potências coloniais de preparar os territórios sob sua administração para a independência. Por seu turno, os movimentos anticoloniais procuravam uma nova ordem ética-política, manifestada na Conferência de Bandung e no Movimento dos Não-Alinhados. É crucial ter sempre presente que as guerras de libertação fizeram parte da Guerra Fria, que por sua vez não pode ser analisada sem que se avaliem os “momentos quentes” que tiveram lugar no continente africano, onde proliferaram grandes conflitos que contaram com o apoio das grandes potências, sendo nalguma medida, aquilo que Leopoldo Amado designou de “guerras por procuração” (Amado 2009, p. 32). Esta estratégia permitiu aos norte-americanos e ao Bloco de Leste travarem conflitos onde não estavam envolvidos diretamente, limitando-se a apoiar focos de insurreição em áreas importantes para a afirmação da sua supremacia. Tomar as lutas de libertação a partir deste ponto de vista implica reconhecer a amplitude de um conflito que ultrapassou o projeto soviético e o projeto ocidental.

A República da Guiné-Bissau seria, nas palavras do líder do movimento de libertação Amílcar Cabral, uma “nação africana forjada na luta” contra o colonialismo português. Atribuindo à luta de libertação a fundação do Estado-nação, a formação do PAIGC é considerado o acontecimento mais marcante da história política da Guiné-Bissau. Ainda, considerando a herança colonial comum e assumindo como argumento o carácter artificial das fronteiras, o PAIGC pressupunha que a unidade nacional entre os territórios da Guiné-Bissau e de Cabo Verde permitiria uma melhor compreensão e análise sobre o sistema colonial ao qual estavam subjugados, assim como a elaboração de estratégias colectivas de resistência ao domínio colonial português.

A Guiné-Bissau tal como a conhecemos hoje não existiria se não tivesse havido colonização europeia com todas as suas consequências, tendo o nacionalismo africano sido fundado num paradoxo ao tomar a independência pressupondo as fronteiras definidas no tratado de Berlim, o ato fundador do colonialismo (Gomes, 2013, p. 134). Consequentemente, após a independência as fronteiras continuaram a não respeitar a heterogeneidade étnica e linguística existente e “não existe uma legitimidade e continuidade territorial para a nação guineense, que não seja a imposta pela presença colonial” (Lopes, 1988, p. 61).

Ainda, tendo este território tantas etnias com línguas e matizes próprias, é ambígua a resposta à pergunta se existe ou não uma nação hoje na Guiné-Bissau, sendo que a única coisa que se pode afirmar é que “o movimento de libertação nacional lhe introduziu um critério novo e pertinente, a vontade política colectiva de construir uma nação” (Lopes, 1988, p.164). Importa salientar que no decorrer da luta de libertação foi adoptado o conceito de “classe-nação” representando a união de todas as “classes” existentes na Guiné: pequena burguesia, assalariados e camponeses de todas as etnias. Assim, a dominação colonial era de uma classe (a portuguesa) sobre uma “nação” considerada também esta uma “classe” (Sousa, 2008, p. 163). Sendo o PAIGC, um partido de vanguarda, representava e confundia-se com o Estado-nação em construção. Fortemente influenciada por Frantz Fanon (1961) que defendia que o colonizador faz o colonizado, a luta anticolonial teve ainda por objectivo criar um “homem novo” liberto da exploração colonialista, capaz de destruir as ideias e os hábitos corruptos herdados do passado, de desenvolver o espírito científico para eliminar a superstição e de promover a emergência de uma cultura nacional.

O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO

O filme *En Nations Födelse* (O Nascimento de uma Nação) foi realizado por uma dupla de realizadores suecos - Lennart Malmer e Ingela Romare - em 1973. Ambos os realizadores já tinham estado a filmar no Vietname e em Moçambique. Em maio de 2015, entrevistei Lennart Malmer em Berlim, aquando da exibição de dois dos seus filmes no cinema Arsenal. Quando o questionei sobre as suas motivações para filmar na Guiné-Bissau, falou-me da sua educação católica que a dada altura questionou, do maio de 68 em Paris, da Kommune Zwei em Berlim onde filmou *An Experiment in Living Together* e

de como começou a receber encomendas da televisão sueca para filmar as guerras de guerrilha que marcaram aquele período histórico. Misturou histórias e lugares como se estas fizessem parte de uma manta de retalhos que com o tempo foram perdendo a cor, tornando-se cada pedaço indistinguível do que o antecede e do que o sucede. Foi uma entrevista difícil de conduzir, mas seguramente fiel à pluralidade de memórias que cada acontecimento contém. Especificamente sobre a Guiné-Bissau contou-me o seguinte:

Bom, eu acho que o propósito dos filmes feitos na Guiné-Bissau, que documentavam as atividades sociais ou do Estado, tudo o que foi criado nas zonas libertadas, as escolas, os hospitais, toda a organização [inaudível] e tudo mais, tudo isso era o que era necessário documentar e mostrar, porque no início, é claro, muitas vozes críticas, diziam isso era falso, que eles [os guerrilheiros] eram apenas terroristas. (Lennart Malmer, entrevista realizada em junho de 2015)

O filme tem início com uma vista aérea da Guiné-Bissau. Vemos numerosos braços de mar e depois o porto de Pidjiguiti em Bissau, onde se encontra uma embarcação da marinha portuguesa. Somos situados pela voz off no território da Guiné-Bissau e é explicitado que este se encontra subjogado ao domínio colonial português. Percebemos que estamos (a câmara está) dentro de um helicóptero do exército português. A imagem seguinte conduz-nos até um camião de caixa aberta onde viajam os guerrilheiros do PAIGC e nós (a câmara) com eles. A luz é muito bonita e as imagens são acompanhadas pelo som da cora. Vemos guerrilheiros a partilharem um garrafão de água, a passarem por nascentes de água lamacentas, a atravessarem um rio com dificuldade e ainda as ruínas de um edifício que me parece um quartel militar destruído. Em seguida, surge-nos um grande plano de Amílcar Cabral que nos fala de desenvolvimento, da ocupação colonial e da necessidade de libertar a Guiné-Bissau de 500 anos de colonização que conduziram o povo à ignorância. Na imagem seguinte Amílcar Cabral já não está vivo. Estamos no dia 24 de setembro de 1973, dia da Proclamação Unilateral do Estado da Guiné-Bissau e Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri 8 meses antes, a 20 de janeiro de 1973. Contudo, no discurso de Ano Novo por si proferido em janeiro de 1973, havia declarado que logo que fosse possível se iria reunir a Assembleia Popular na Guiné, para que esta cumpra a primeira missão histórica que lhe compete: “a Proclamação da existência do nosso Estado, a criação de um executivo para esse Estado e prorrogação de uma lei fundamental: a primeira constituição que será a base da existência da nossa nação africana” (Cabral, 2008, p. 149). No filme podemos ver Nino Vieira a proclamar solenemente o Estado da Guiné-Bissau, para o qual este seria nomeado presidente da Assembleia Nacional Popular. Ouve-se o hino da Guiné-Bissau e estão presentes os principais líderes do movimento de libertação. Segue-se um discurso de Luís Cabral, que será nomeado Presidente da República da Guiné-Bissau terminando com as seguintes ovações: “Viva o Estado Soberano da Guiné-Bissau construído pela luta heroica do nosso povo”, “Viva a Solidariedade Internacional de todas as forças anticolonialistas e anti-imperialistas do Mundo” e “Abaixo os Agressores e os Colonialistas Portugueses”. Seguem-se cantares e

danças entre a população e os militares. Estão presentes representantes internacionais. A presença destes evidencia as relações diplomáticas que já existem com alguns Estados. Os líderes abraçam-se efusivamente e estão presentes vários jornalistas estrangeiros.

Para terminar, vemos uma parada militar. Posteriormente, surge uma sequência de entrevistas a populares que denunciam as condições de submissão aos quais o colonialismo português os sujeitou explicitando as razões pelas quais decidiram envolver-se na luta armada. Outra entrevista em grande plano: Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral e o primeiro Presidente da Guiné-Bissau. Posteriormente, vemos uma escola de tabanca com imagens de crianças a aprender a ler – “Os colonialistas bombardearam Morés, destruíram a tabanca, mataram o gado e incendiaram-lhes as casa” – em livros naturalmente editados pelo PAIGC. Surgem também imagens de médicos cubanos a operarem a céu aberto, mas onde todos os procedimentos clínicos próprios destas situações estão presentes: soro fisiológico, anestesia, desinfeção, etc. Segue-se uma entrevista a uma enfermeira que diz que graças ao partido pode estudar e conhecer outros países. A mesma mulher relata ainda os bombardeamentos levados a cabo pelo exército português. Posteriormente, surge uma das imagens mais vistas da guerra colonial portuguesa. Com o intuito de mostrar à comunidade internacional que controlavam o território, o governo português aceitou que uma televisão francesa fizesse uma reportagem acompanhado uma coluna militar. Esta reportagem acabou por funcionar como contrapropaganda, na medida em que esta coluna foi atacada, sendo um soldado morto e outro gravemente ferido. Quem sobreviveu tem o olhar perdido e angustiado. São jovens (entre os 20 e os 22 anos), de aspecto imberbe e com armas na mão. Um soldado olha para a câmara e para mim este olhar constitui o *punctum* desta imagem - aquilo que me fere; uma espécie de fora-de-campo subtil (Barthes, 2012, pp. 61-67). Um soldado português com uma cruz ao peito (muito vulgar em Portugal) e com marcas de sangue na cara apoia-se numa árvore, está exausto e olha para câmara. Olha para mim enquanto espectador. É assim uma imagem que me olha e que conseqüentemente me implica, ao questionar-me: “o que é que eu estou aqui a fazer?” Sou violentada por uma pergunta que vai muito além do que o filme me dá a ver. Este soldado tem entre 20 e 22 anos e nasceu sob a mais longa ditadura europeia. Portugal era à época uma ditadura totalitária e corporativista regida por uma política imperial que persistia em manter territórios ultramarinos. Neste contexto, este jovem está apenas a cumprir o serviço militar a 3400 km de casa. Possivelmente sabe muito pouco sobre a Guerra Fria, Cuba ou Coreia ou dos interesses dos Norte-Americanos e da Rodésia no continente africano. Mas o seu olhar permite-nos compreender que ele percebe que é uma peça de xadrez num jogo sobre o qual ele não tem qualquer controle.

Em seguida, somos confrontados com uma entrevista ao general António Spínola, defendendo que a situação na Guiné-Bissau é igual a qualquer outro território português. Esta entrevista, contrasta em absoluto com a violência das imagens anteriores e com a lucidez da entrevista que se segue, a Aristides Pereira, que após a independência será o Presidente de Cabo Verde. Depois, o nosso olhar é conduzido para uma tabanca parcialmente destruída por uma bomba *napalm*. Seguem-se imagens de um hospital. Vemos

uma mulher, com os braços amputados a amamentar uma criança. Alguém cobre os ombros da mulher com um pano branco, os seus seios são muito bonitos, a forma como o bebé os agarra também. Esteticamente esta imagem é perfeita, sendo habitualmente descrita como *La Pietà* africana. A mulher olha o chão, depois olha para a câmara para em seguida fugir rapidamente com o olhar, como que pedindo para não ser filmada. O que me fere nesta imagem é a objectificação dela enquanto vítima de guerra ou a sua ausência de controlo sobre a representação que sobre ela se está a construir através do cinema. Se a noção contemporânea de atrocidade requer uma prova fotográfica (Sontag, 2003), Judith Butler argumenta que “mais do que referir atos de atrocidade, a fotografia constrói e confirma esses atos, para aqueles que os nomeiam como tal” (Butler, 2010, p. 68). No entanto, a imagem já não irá requerer a nossa interpretação, constituindo por si só a interpretação: “para comunicar o sofrimento dos outros, de modo que os espectadores possam ser incitados a alterar a sua avaliação política da guerra” (Butler, 2010, p. 68). O ângulo, o enquadramento e a forma como esta mulher e o bebé estão colocados não nos permite aceder a quem eles são. Ao invés, evidenciam que quem os filmou estava ativamente envolvido na luta, construindo uma imagem capaz de validar um determinado ponto de vista. Seguem-se mais imagens de homens amputados no mesmo hospital e depois uma entrevista a Nino Vieira. Esta será a última entrevista do documentário e não deixa de ser curioso analisar quais os líderes do PAIGC a quem este filme dá voz: Amílcar Cabral, líder histórico do PAIGC; Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral que será o presidente da Guiné-Bissau; e Aristides Pereira que será o primeiro presidente de Cabo Verde. Por último, Nino Vieira que será o presidente da Assembleia Nacional Popular e que em 1978 será nomeado Primeiro-Ministro. Dois anos mais tarde, em 1980, levará a cabo o primeiro de muitos golpes de Estado na Guiné-Bissau, em consequência do qual os dois países se vão separar. Luís Cabral será deposto do poder e exilado. Pode-se assim compreender qual a importância do cinema para propagar à comunidade internacional e ao povo quem seriam os líderes políticos numa Guiné-Bissau pós-independência. Depois, surgem-nos imagens de uma das mais importantes ofensivas militares: o ataque ao quartel de Guidage pelas tropas do PAIGC, em maio de 1973, que se prolongou por mais de um mês e envolveu cerca de 1300 homens. Estas imagens foram filmadas por Flora Gomes, um dos quatro jovens guineenses enviados para Cuba e que é hoje o cineasta guineense mais conhecido internacionalmente. Por último, vemos uma ação de propaganda numa tabanca, onde Xico Bá, que era Comissário Político na Frente Norte, informa e explica à população local a importância da Proclamação do Estado da Guiné-Bissau e da ação política do PAIGC, “que cada dia que passa conquista mais um pedaço da sua própria terra”, na qual pretende construir escolas, hospitais e outras estruturas das quais toda a população poderá beneficiar. Para terminar, voltamos a ouvir o som da cora e continuamos o caminho com os guerrilheiros com que entrámos no camião, mas agora a pé. Este filme permite-nos compreender a importância de divulgar a luta e dar visibilidade às ações desenvolvidas nas zonas libertadas. Para além de testemunhar a guerra, estas imagens atestam que estavam a ser construídas nessas áreas estruturas capazes de suportar um Estado-nação, ao nível da educação, da saúde, da economia,

da justiça e da administração. Neste sentido, este filme legitima as reivindicações do PAIGC e veicula a mensagem de que tinha conquistado parte do território, que estava a criar uma sociedade civil nas áreas libertadas e que desenvolvia uma ação militar eficaz contra Portugal. Para defender e consolidar a ideia de que a Guiné-Bissau era um Estado ocupado por forças estrangeiras foi essencial criar uma estrutura de Estado nas áreas libertadas, razão pela qual Cabral defendia que as características fundamentais para a libertação eram: “Prática da democracia, da crítica e da autocrítica; a responsabilidade crescente das populações pela administração das suas próprias vidas; a criação de escolas e de serviços de saúde; a formação de quadros originários das classes camponesa e trabalhadora” (Cabral, 1974, p. 23).

Argumentava assim que os combatentes não eram militares, mas sim “militantes armados”, considerando que o recurso às armas era apenas um momento circunstancial e que o mais importante era o desenvolvimento integral do país. Desta forma e a partir de 1969, quando o controlo militar estava assegurado em grande parte do território, o PAIGC concentrou grande parte dos seus esforços na criação de uma nova ordem social. Para tal, em todas as aldeias da Guiné libertada eram organizadas eleições das comissões do partido que se chamavam “comissões de tabanca” (CT) (Davidson, 1975, p. 101) e que constituíam o centro nevrálgico político e administrativo de cada tabanca. Cada comissão incluía cinco membros eleitos pelos próprios moradores, sendo que dois tinham de ser mulheres. De acordo com o regulamento do PAIGC, cada um dos cinco membros tinha funções muito claramente definidas na tabanca: o presidente era o responsável pelo funcionamento geral do CT e pela gestão da produção agrícola; o vice-presidente tinha responsabilidades mais específicas relativas à segurança e à defesa local; o terceiro membro era responsável pela saúde, educação e outros serviços sociais; o quarto era responsável pelo armamento e pelo alojamento dos guerrilheiros nas tabancas; finalmente, o quinto membro era responsável pelos registos e pela contabilidade (Chabal, 2002, p. 105). Tendo em conta estas circunstâncias históricas, na Guiné-Bissau como em outras partes de África, contrariamente à Europa, é importante ter presente que o Estado precedeu a nação. Para além disso, toda esta experiência de organização social torna visível o impulso de seguir o exemplo histórico dos Estados-nação na Europa.

A ideia de Estado emerge como um inegável legado da geografia colonial moderna. A crítica económica ao colonialismo como força exploradora que cria e perpetua uma economia atrasada ocupa um lugar central no imaginário pós-colonial. Assim, o domínio colonial era considerado ilegítimo, não apenas porque representava a dominação política sobre um povo, mas porque consistia numa força de exploração da nação e a destruição do seu sistema produtivo. Em contraponto, um Estado-nação pós-colonial representava a forma historicamente necessária ao desenvolvimento nacional, constituindo a única forma legítima do exercício do poder. Foi assim decretado pela própria ideologia dos movimentos de libertação que o mundo pós-colonial deveria ser produtor e consumidor de modernidade. É importante ter sempre presente o papel homogeneizador exercido pelo Estado ao promover a integração jurídica e política, bem como ao enquadrar identidades e territórios.

X FESTIVAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES, BERLIM 1973

O Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (FMJE) teve sua primeira edição em 1947, sendo um evento político e cultural organizado pela Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD). Em 1973, o FMJE teve lugar em Berlim, na antiga República Democrática Alemã sob o lema “Pela Solidariedade Anti-Imperialista, Paz e Fraternidade!”. Tendo regressado de Cuba em janeiro de 1972, Sana N’Hada deslocou-se a Berlim para neste festival participar juntamente com outros jovens guineenses, mas na qualidade de cineasta capaz de documentar este momento histórico. Este fragmento de filme em Berlim Oriental faz parte do espólio de material fílmico do Instituto Nacional de Cinema da Guiné-Bissau (INCA), recentemente digitalizado no âmbito do projeto *Luta Ka Kaba Inda*, com a curadoria de Filipa César. Nestas imagens, vemos a Torre da Televisão em Alexanderplatz. Depois, vemos um grupo de jovens negros e percebemos que são guineenses porque usam a *sumbia*. Esta é um gorro muito usado na África Ocidental, sendo feita de malha mecânica de lã ou de algodão a duas cores. Tornou-se num símbolo da Luta de Libertação na Guiné-Bissau, uma vez que Amílcar Cabral o usava permanentemente. E hoje muitas pessoas a conhecem porque o associam imediatamente ao líder histórico do PAIGC. Vemos jovens guineenses a trocarem crachás com crianças loiras e brancas. Um jovem guineense escreve num caderno de uma criança branca e outro assina um poster sobre as costas de outra. Vemos um jovem branco de boina a colocar um lenço (parece-me um lenço dos pioneiros) a um jovem guineense. A imagem seguinte é um poster de Leonid Brejnev à esquerda e outro de Heinrich Hoenecker à direita. Depois descobrimos a bandeira da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Posteriormente, a câmara foca-se na parada e surgem delegações de diferentes países: Dinamarca, Japão, Coreia, etc. Destaco a delegação de Moçambique/FRELIMO, cujos jovens surgem vestidos com fardas militares. Posteriormente, a delegação da Guiné-Bissau/PAIGC composta por jovens, dos quais a maior parte veste também farda militar, mas apresentando ao pescoço o lenço que vimos ser colocado numa imagem anterior. É curioso que os jovens das delegações de Moçambique e da Guiné-Bissau estejam vestidos de militares, atestando que ainda estão em luta armada e enfatizando o papel dos guerrilheiros enquanto fundadores da nação. Todos têm bandeiras do partido/país e a encabeçar a delegação da Guiné-Bissau encontra-se um retrato de Amílcar Cabral, assassinado 3 meses antes. Estão presentes os dispositivos próprios das marchas políticas: bandas de música, ginastas, o povo na rua a assistir, jornalistas e fotógrafos a documentar. Participar nesta marcha enquanto país em vias de existir, era projetar-se num futuro e assumir que a Guiné-Bissau, enquanto nação forjada na luta contra o colonialismo português partilhava aspirações políticas dos países socialistas, sendo estas tomadas como a alternativa possível para a Guiné-Bissau “recuperar e continuar a sua história própria no mundo moderno” (Cabral, 2011, p. 359). Quando olhamos com a distância do presente, constatamos que se alguns países presentes estão ainda em vias de existir, outros – República Democrática Alemã, Jugoslávia, União Soviética – deixaram entretanto de o ser. O que deste filme emerge é a fragilidade do Estado-nação enquanto referencial político.

GUINÉ-BISSAU: A (IM) POSSIBILIDADE SOCIALISTA

Amílcar Cabral não se assumia como um marxista tendo proferido muitas vezes: “Se vocês nos quiserem chamar de marxistas chamem, mas isso é problema vosso”. Também não se revia na ideia de que a força motora da História é a luta de classes, uma vez que a considerava pouco pertinente e com escassa validade para no contexto guineense mobilizar energias revolucionárias (Neves, 2005, p. 7). Não partia da premissa que a História de um povo apenas se inicia a partir do momento em que se desencadeia o fenómeno de classe e consequentemente a luta de classes, reivindicando a identidade cultural africana na História antes da dominação colonial. Paralelamente, reconhecia a existência de outros *motores* da História, valorizando no caso específico da luta que lidera, *o nível das forças produtivas e o regime de propriedade*. Estes dois conceitos são fundamentais para Cabral, dado que a sua concepção de libertação nacional ultrapassa os marcos da conquista formal da independência e implica a “libertação das forças produtivas humanas e materiais da nossa terra, no sentido delas se poderem desenvolver plenamente de acordo com as condições históricas que a gente está a viver hoje em dia” (Cabral, 1976, p. 205). Essa reinterpretação da ideologia marxista deve-se, entre outros factores, ao facto de considerar que esta teria pouca relevância para a politização da população guineense. Contudo, a luta armada teve como missão fundamental “fazer centenas de homens, milhares de homens e mulheres pensando da mesma maneira, buscando a mesma coisa” (Sousa, 2008, p. 163). E essa coisa era um Estado-nação liderado por um partido único. No contexto da Guerra Fria – e ainda que Cabral não se identificasse como marxista – é um facto que a ajuda económica e militar soviética pressupunha também uma transferência ideológica. Segundo Pedro Rosa Mendes (no prelo) a Guiné-Bissau é descrita na literatura soviética como “um projeto tecnológico africano”, que se encaixa na história da emancipação dos oprimidos sob a orientação da URSS. De igual modo, esta luta contou com o apoio da República Popular da China, da Coreia do Norte, de Cuba e da ex-Jugoslávia. Esse apoio foi económico e militar. Mas acima de tudo permitiu a formação de quadros superiores, o que era uma das frentes da luta. Foram muitos os homens e as mulheres guineenses que frequentaram escolas e universidades em Cuba, na ex-Jugoslávia e na ex-União Soviética, para mais tarde se tornarem médicos, enfermeiros, professores e militares. Não obstante, o PAIGC recusava a sua catalogação pela grelha da Guerra Fria, partilhando as posições veiculadas durante a Conferência de Bandung.

Hoje muito permanece por contar sobre os contornos das lutas nacionalistas africanas, assim como sobre as suas implicações geoestratégicas no contexto da Guerra Fria (Meneses & Martins, 2013, p. 18). Encarando a memória como um sistema cultural de atribuição de significado em permanente e constante atualização, Enzo Traverso sugere que a memória pública do anticolonialismo conheceu um eclipse quase total:

Uma gigantesca revolta dos povos colonizados contra o imperialismo foi esquecida, recobertas por outras representações do “Sul” do mundo, acumuladas durante três décadas: primeiro, a das valas comuns do Camboja e

do Ruanda; depois, “as guerras humanitárias”; e por último, o terrorismo islâmico, cujos porta-vozes substituíram a imagem do guerrilheiro. (Traverso, 2012, p. 127)

O fracasso do campo comunista e o desaparecimento do contexto conflitual que presidiu à inserção da ajuda económica, tornaram visível um aspecto oculto pelas antigas rivalidades de blocos: a forma como a natureza política e ideológica da ajuda económica é consubstancial ao modelo de desenvolvimento que a sustenta e que ela tende a reproduzir integralmente. Neste contexto, as jovens nações independentes continuaram a ter de lidar com o que mais negativamente afectou o Sul a partir do início do colonialismo: ter de concentrar as suas energias na adaptação e resistência às imposições do Norte (Banuri citado em Santos, 2006, p. 115).

É importante ter presente que no decorrer da luta de libertação a identidade social baseada na pertença a um determinado grupo étnico era considerada uma ameaça à construção da nação. Este facto é bastante evidente na insurgência de Cabral contra a adopção de línguas vernáculas. O facto de se aceitar a existência de tribos ou de grupos étnicos como fazendo parte integrante da história, da realidade e da natureza da sociedade guineense, não significa que se aceitassem manifestações “tribais” no interior do partido. Assim, apesar de procurar ser representativo das vontades locais, a ideologia política dos movimentos de libertação ignorou as hierarquias sociais pré-existentes (Carvalho, 2000, p. 42) como forma de ultrapassar as divisões locais. Contra muitas expectativas dos observadores da realidade africana, sobretudo no período que se sucedeu de imediato às independências e à criação dos novos estados africanos nos anos 50 e 60, os chefes tradicionais não desapareceram. Pelo contrário, tornaram-se figuras proeminentes em contextos muito diversos. No caso da Guiné-Bissau, instigado por pressões internas e externas, que tiveram como consequência directa a instituição do multipartidarismo votado na Assembleia Nacional Popular em maio de 1991, o governo passou a aceitar formas de associação política e a sua livre expressão, sob a forma de partidos ou outras. Uma das consequências desta fase de “transição política” (Cardoso, 1996, p. 138) foi a creditação dos *régulos*, designação local dos herdeiros dos pequenos reinos pré-coloniais que havia sido vulgarizada durante o período colonial para referir qualquer detentor do *poder tradicional*.

A QUEM É QUE PERTENCE À NAÇÃO?

“A Nação é de todos. A Nação tem de ser igual para todos. Senão é igual para todos, é que os dirigentes, que se chama Estado, se tornaram quadrilha” (Ribeiro, 2011, p. 41). A fundação da nação guineense foi alicerçada em dinâmicas políticas conflituosas que se vão revelando nas cisões internas que tem decorrido desde a independência até à actualidade. A instabilidade política evidencia que o fenómeno nacionalista não foi suficiente para formular um projeto nacional. E a inexistência de um projeto nacional significa a coexistência de vários modelos. Em junho de 1998, eclodiu uma violenta guerra civil e desde então a Guiné-Bissau continua a ser afectada por vários episódios de violência

política. Torna-se necessário analisar a instabilidade política e a violência, não como um fenómeno resultante ou característico do contexto de pós-guerra, ao invés enquadrar as continuidades históricas em que esta é entendida e racionalizada. De facto, ao considerar-se a guerra e a sua violência como um período excepcional, esta é tida como uma mera crise ou como um obstáculo ao desenvolvimento e à estabilidade. Assim, a guerra nunca é considerada como fazendo parte integrante dum processo político de colapso de Estados e sociedades.

Tal como um Estado-nação, um documento fílmico é também um campo de conflitos, passível sempre de novas leituras. Neste contexto, julgo essencial invocar Foucault (2004) para quem a “tarefa primordial” da história não é interpretar o documento, nem determinar se diz a verdade, mas “trabalhá-lo no interior”: organizar, recortar, distribuir, ordenar. Didi-Huberman (2012) advoga que é necessário jogar com a aproximação de imagens e de textos produzidos sobre estas, para descrever as relações que entre estes elementos se estabelecem: imaginar, interrogar, desmontar e remontar. Assim, a dialéctica é uma colisão desmultiplicada de palavras e de imagens: as imagens chocam para que surjam palavras, as palavras chocam para que surjam imagens, as imagens e as palavras entram em colisão para que o pensamento advenha visualmente.

A Guiné-Bissau é um território habitualmente caracterizado pela instabilidade política permanente, onde o romantismo utópico do movimento de libertação perdeu o seu lugar. Contudo, os filmes que analisei levam-nos – quando colocados em diálogo – a questionar esse romantismo como forma de retórica política. Hoje, com a distância de 40 anos de independência, compreendemos como ambos os filmes procuraram veicular a construção de Estado-nação quimérico, no qual a identidade nacional guineense é tomada como um dado adquirido, negligenciando-se por completo o processo que originou essa (des)construção ideológica. Mais do que meios, estes filmes constituem mediadores, que partilham com a nação o mesmo “real revisto e corrigido” de que nos fala Frodon (1998). Desta colisão emergem os vazios visuais desta história traumática, abrindo-se uma arena capaz de revelar memórias plurais referentes a diferentes opções políticas que tiveram e continuam a ter lugar naquele território. São os vazios visuais que nos permitem compreender que a narrativa histórica que toma a luta de libertação nacional como o mito fundacional da nação foi também um agente gerador de ausências e exclusões, ao silenciar as histórias reveladoras das dinâmicas políticas conflituosas em que a nação guineense se encontra alicerçada. E o silenciamento de determinadas memórias torna necessária uma análise não apenas histórica, mas acima de tudo das representações que a luta de libertação transporta. ✍

FILMOGRAFIA

Lennart M. & Romare, I. (Realizadores) (1973). *En nations födelse / O nascimento de uma nação*. Suécia.

N’Hada, S. (Realizador) (1973). *X marcha da juventude na república democrática alemã*. Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augel, J. (1997). O crioulo na Guiné-Bissau. *Afro-Ásia*, 19(20), 251-254.
- Augel, M. (2006). O crioulo guineense e a oratura. *Scripta*, 10(19), 69-91.
- Amado, L. (2009). *Guerra colonial e guerra de libertação nacional. O caso da Guiné-Bissau*. Lisboa: IPAD.
- Barthes, R. (2012). *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70.
- Butler, J. (2010). *Frames of war: When is life grievable?* London: Verso.
- Cabral, A. (1974). *Guiné-Bissau: A nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora.
- Cabral, A. (1976). *Unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova.
- Cabral, A. (2008). *Documentário*. Lisboa: Cotovia.
- Cardina, M. (2010). Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 207-331.
- Chabal, P. (2002). *Amílcar Cabral: Revolutionary leadership and people's war*. London: Hurst & Company.
- Couto, H. (1994). *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- Davidson, B. (1975). *A libertação da Guiné. Aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa.
- Diawara, M. (2011). *Cinema africano: Novas formas estéticas e políticas*. Lisboa: Sextante Editora.
- Getino, O. & Solanas, F. (1969). Toward a third cinema. *Tricontinental*, 14, 107-132.
- Gomes, C. (2013). A africanização na guerra colonial e as suas sequelas tropas locais - Os vilões nos ventos da história. In M. Meneses & B. Martins (Eds.), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados* (pp. 123-141). Coimbra: Almedina.
- Fanon, F. (1961). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: EFJF.
- Frodon, J.-M. (1998). *La projection nationale. Cinéma et nation*. Paris: Odile Jacob.
- Foucault, M. (2014). *A arqueologia do saber*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, C. (1988). *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.
- Mendes, P. R. (no prelo). *Le bloc soviétique dans la sécurité et l'armée de la Guinée-Bissau (1969-1991): Un essai d'histoire transnationale d'un jeune État africain*. Tese de doutoramento, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.
- Neves, J. (2005). Marxismo, anticolonialismo e nacionalismo: Amílcar Cabral, a imaginação *A Partir de Baixo*, 4º Congresso Marx/Engels. Campinas: CEMARX/ UNICAMP.
- Ribeiro, A. (2011). *Quando os lobos uivam*. Lisboa : Bertrand Editora.
- Sontag, S. (2003). *Olhando o sofrimento dos outros*. Lisboa: Gótica.
- Sousa, J. S. (2008). O Fenómeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional. In L. R. Torgal, F. T. Pimenta & J. S. Sousa (Eds.), *Comunidades imaginadas: nações e nacionalismos em África*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Traverso, E. (2012). *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Lennart Malmer, entrevista, junho, 2015.

NOTA BIOGRÁFICA

Catarina Laranjeiro é formada em Psicologia Social pela Universidade de Lisboa, tendo uma Pós-graduação em Cultura Visual Digital (ISCTE-IUL) e um mestrado em Antropologia Visual pela Freie Universität Berlin. Realizou o filme *PABIA DI AOS* (2013). É atualmente doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A sua tese concentra-se sobre os modos de silenciar e de preservar a memória da libertação / guerra colonial na Guiné-Bissau.

Email: catarina.laranjeiro@gmail.com

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo

Largo D. Dinis

Apartado 3087

3000-995 Coimbra

Submetido: 28-12-2015

Aceite: 10-04-2016